

NEGÓCIOS EM FAMÍLIA

MIGRAÇÃO, COMERCIANTES PORTUGUESES E SUAS REDES (PORTO ALEGRE / RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, SÉCULOS XVIII-XIX)

FAMILY BUSINESS

MIGRATION, PORTUGUESE MERCHANTS AND THEIR NETWORKS (PORTO ALEGRE / RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, 18TH-19TH CENTURIES)

ANA SCOTT | Professora do Departamento de Demografia e pesquisadora no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp). Bolsista produtividade CNPq 1D.

GABRIEL SANTOS BERUTE | Professor de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

DARIO SCOTT | Doutorando em Demografia no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp).

RESUMO

Cruzando assentos paroquiais com outras fontes nominativas, foram identificados comerciantes portugueses radicados no Rio Grande de São Pedro. Analisou-se o perfil dos imigrantes e as trajetórias dos que se casaram naquela região, a partir do caso da freguesia da Nossa Senhora Madre de Deus, núcleo fundador da vila e cidade de Porto Alegre.

Palavras-chave: família; casamento; imigração portuguesa; comerciantes.

ABSTRACT

From a study based on record linkage (parish registers deeds and merchant listings), were identified Portuguese merchants living in Rio Grande de San Pedro. The profile of these immigrants and the trajectories of those who married in the region were analyzed, focusing on the case of the parish of Nossa Senhora da Madre de Deus, founding nucleus of town and city of Porto Alegre.

Keywords: family; marriage; Portuguese immigration; merchants.

RESUMEN

A partir de un estudio basado en fuentes cruzadas, se identificaron los comerciantes portugueses que vivían en Río Grande de San Pedro. Se analizó el perfil de esos inmigrantes y las trayectorias de los que se casaron en la región, desde el caso de la parroquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, fundador núcleo del pueblo y la ciudad de Porto Alegre.

Palabras clave: familia; matrimonio; inmigración portuguesa; comerciantes.

INTRODUÇÃO

O objetivo destas reflexões é analisar a inserção de comerciantes portugueses e a formação de redes mercantis e familiares entre esse grupo de imigrantes estabelecidos no extremo sul da América portuguesa na primeira metade do século XIX, abordando-se o caso da freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. A principal base documental é formada pelos registros eclesiásticos¹ da mesma localidade, cadastrados no banco de dados Nacaob.² Secundariamente, foram consultadas escrituras públicas de venda, crédito e sociedade; listagens e matrículas de comerciantes³ e processos de habilitação ou justificação matrimonial. Além do tratamento quantitativo, as fontes foram exploradas através de abordagem qualitativa.

A análise do grupo dos imigrantes lusos radicados nos confins meridionais remete, necessariamente, à reflexão sobre o papel desempenhado pelo fenômeno migratório em Portugal. O historiador Vitorino Magalhães Godinho (1978) defendia que, no caso português, a emigração deveria ser considerada uma *constante estrutural*. Godinho e outros estudiosos da migração lusa apontaram ainda que era dos distritos do norte do país que partiam os fluxos mais intensos de emigrantes, pelo menos desde o século XVI.

Acrescenta-se que o papel desempenhado pela emigração na zona norte, especialmente a região noroeste do país – Entre Douro e Minho (distritos do Porto, de Braga e de Viana do Castelo)⁴ –, deve ser compreendido no âmbito dos sistemas familiares, de propriedade e de herança que vigoravam naquela sociedade, pelo menos até a introdução do Código Civil de 1867.

Tais considerações são essenciais para compreendermos a presença hegemônica de minhotos entre os imigrantes e comerciantes lusos que se estabeleceram no Brasil e no Rio Grande de São Pedro, no período em tela.

SISTEMAS FAMILIARES E EMIGRAÇÃO NO NOROESTE DE PORTUGAL: UMA SÍNTESE E ALGUNS EXEMPLOS⁵

Embora Portugal seja um país de pequena dimensão territorial (cerca de 89 mil quilômetros quadrados na parte continental), está longe de ser homogêneo. A heterogeneidade que

1 Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). *Batismos, casamentos e óbitos (1772-1848)*, Freguesia da Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

2 Para uma análise mais detalhada a respeito do banco de dados e suas potencialidades, ver Scott (2012).

3 Veja a discussão realizada por Maria Beatriz Nizza da Silva (1993, p. 97-110) sobre família e negócios, a partir do uso da mesma documentação depositada no Arquivo Nacional; referência documental completa no final deste texto.

4 Sobre a divisão geográfica e administrativa portuguesa até o início do século XIX, veja Scott (2012, p. 73).

5 As considerações apresentadas nesta seção baseiam-se em Scott (2012, p. 55-69).

caracteriza Portugal continental vai além dos aspectos físicos e climáticos, apresentando diferentes tipos de povoamento e distintas formas de distribuição de terra.⁶

A situação dos distritos do noroeste do país merece especial atenção, pois foi a região onde o fluxo migratório para o Brasil foi mais intenso e persistente. A densidade demográfica da região noroeste era uma das maiores do país, caracterizando-se ainda pelo predomínio da pequena propriedade.⁷ O sistema familiar típico da região distinguia-se pelo acesso restrito ao matrimônio,⁸ bem como pelas elevadas idades ao primeiro casamento.⁹

Outras peculiaridades marcantes diziam respeito às formas de acesso à terra e aos sistemas de herança e de transmissão do patrimônio fundiário.

Como vimos, predominava a pequena propriedade familiar, que estava disseminada entre a população camponesa. Tal constatação reveste-se de grande importância, ao lembrarmos que as leis vigentes no sistema de herança luso garantiam a igualdade de todos os herdeiros. Portanto, as populações nortenhas estavam expostas, permanentemente, ao “risco” da divisão excessiva, do já acanhado patrimônio fundiário (Scott, 2012, p. 63-69).

Era necessário, portanto, que essa população encontrasse meios para prevenir a fragmentação excessiva das terras garantindo, dessa maneira, a sobrevivência do grupo familiar atrelado às propriedades. De fato, a população da região valeu-se de alguns “artifícios” para prevenir a excessiva divisão do patrimônio fundiário. Vejamos alguns.

O sistema de herança português previa que o testador poderia dispor livremente de um terço dos bens possuídos (o terço de livre nomeação), enquanto que os dois terços remanescentes deveriam ser distribuídos de forma igualitária entre todos os herdeiros necessários.¹⁰ Diante dessa possibilidade, era possível beneficiar um dos herdeiros com o “terço”. Comumente, o beneficiário era o cônjuge sobrevivente e, em seguida, os(as) filhos(as), o que dava a esse(a) herdeiro(a) uma posição privilegiada em relação aos demais.

Somada a essa estratégia, havia ainda a possibilidade de usar as normas relativas ao regime de propriedade vigente, para prevenir a excessiva fragmentação da propriedade. No noroeste, o regime de propriedade predominante era a enfiteuse, ou seja, a lei determinava que a propriedade fosse passada integralmente a um único herdeiro (Durães, 1988). Desse modo, as propriedades *aforadas* ou *emprazadas* não poderiam ser divididas, devendo entrar no quinhão de *um único herdeiro*.

Esses “artifícios” abriam a possibilidade de “contornar” as regras de igualdade previstas no sistema de heranças, privilegiando um dos herdeiros, que normalmente era aquele que

6 Aqui nos limitaremos a abordar a situação do noroeste português (a região do Minho). Para uma discussão mais alargada e uma síntese sobre as diferenças entre os sistemas familiares em Portugal, veja-se Scott (2012).

7 O tamanho médio da propriedade girava em torno de dois hectares.

8 Indicado pelos altos índices de celibato definitivo (entre os homens acima de 10% e entre as mulheres até 40%).

9 Em torno de 25 a 28 anos.

10 Margarida Durães (1992, p. 129-131) apresenta de forma sintética o contexto jurídico que presidiam a repartição da herança, segundo as Ordenações Filipinas. Desnecessário será lembrar que essa legislação era válida também para o Brasil.

deveria se casar. Sem o acesso à propriedade (que garantia a subsistência da família) ou ao quinhão da legítima correspondente, o casamento era praticamente inviabilizado, fazendo com que os filhos solteiros ficassem na dependência dos pais ou do herdeiro privilegiado.

No contexto do sistema familiar, de herança e de acesso à terra vigente no noroeste de Portugal, a emigração assumiu, portanto, papel e peso capital nas estratégias de reprodução social das casas camponesas, pois era a “válvula de escape”, especialmente para os filhos que não eram contemplados com o terço e/ou com a propriedade emprazada.

Para encontrar o equilíbrio necessário entre os recursos disponíveis e a população, as estratégias estavam, portanto, integradas ao princípio da restrição do acesso ao casamento daqueles indivíduos que permaneciam na terra natal e/ou na constante evasão de contingentes populacionais excedentários. Na hipótese de evasão desses indivíduos, isto significava abandonar a freguesia de origem: o destino final poderia ser uma das freguesias, vilas e cidades na própria região, ou poderia significar a emigração para o outro lado do Atlântico, correndo atrás da miragem e do eldorado que representava o Brasil.

Contudo, no período que estamos tratando (finais do século XVIII e primeira metade do século XIX), o investimento necessário para o envio de jovens para o Brasil era bastante elevado e não poderia ser assumido por todas as famílias minhotas.

Embora não tenhamos dados para o período aqui analisado, Joaquim da Costa Leite (1987) apresenta um quadro que reúne as despesas que deveriam ser enfrentadas no caso de emigração legal na segunda metade do século XIX (1863). Somente os custos para a viagem para o Brasil poderiam ficar entre 36\$000 e 43\$000 réis. Além disso, era necessário somar as despesas com o passaporte (2\$600 réis) e, dependendo da faixa etária do jovem, o gasto com o pagamento da fiança militar que era de 139\$000.¹¹ Nesse conjunto de despesas arroladas entende-se que o custo da fiança militar era, sem dúvida, um fator preponderante para a decisão de embarcar os jovens para o Brasil antes da idade de prestação do serviço militar, o que explicaria a predominância de meninos na faixa etária entre 12 e 14 anos.¹²

Por conta dos custos envolvidos, há que se destacar o *grau de seletividade* da emigração transoceânica ao longo dos séculos XVIII e XIX, pois era um empreendimento extremamente custoso, que não estava ao alcance da maioria das famílias e/ou indivíduos.¹³ Miguel Montei-

11 Para termos ideia sobre o montante necessário para o envio de parentes para o Brasil podemos comparar os custos com os ganhos de trabalhadores portugueses no final do XIX (1882): um trabalhador sem maiores qualificações poderia ganhar \$200 por dia, enquanto que um operário especializado poderia auferir quatro vezes mais. Assim, só a viagem para o Brasil teria um custo equivalente a 180 dias trabalhados do primeiro ou 45 do segundo (Leite, 1987, p. 467).

12 Costa Leite (1987) informa ainda que no ano de 1882 a despesa com o pagamento da fiança militar teria aumentado para 240\$000 réis, elevando ainda mais as despesas relacionadas ao embarque para o Brasil.

13 Se a mobilidade de indivíduos para o além-mar e para as partes do Brasil não estava ao alcance de muitos, o contrário sucedia no nível da mobilidade local e regional que, basicamente, estava ligada às famílias mais pobres sem acesso à terra, normalmente famílias de jornaleiros, que faziam uma migração sazonal em busca de trabalho na região sul do país.

ro (2000) inclusive considera, por conta disso, que a emigração para o Brasil, até meados do século XIX, era um “destino de distinção social”.

A comprovar essa situação encontramos menções em testamentos de famílias minhotas que demandavam o ajuste de contas para a participação dos “emigrantes” nas legítimas a que tinham direito como herdeiros (Scott, 2003).

Os elevados custos que estavam associados à emigração brasileira limitavam a utilização desta estratégia de reprodução, que incluía o envio de filhos para o Brasil, a um grupo restrito de famílias. Usualmente, as que podiam arcar com este tipo de despesas eram aquelas que compunham o grupo dos proprietários de terras.

A questão que se coloca é, depois da saída da casa paterna, qual era o percurso desses jovens “mancebos” minhotos e como se inseriam nas terras além-mar?

Entre as reflexões relativas à emigração/imigração portuguesa para o Brasil, Robert Rowland (1997) aponta que o modelo tradicional de emigração minhota estava integrado à lógica da reprodução da casa de lavoura minhota e que, muitas vezes, estava inserida numa rede de relações comerciais entre Portugal e o Brasil. Esse modelo teria predominado até meados do século XIX.¹⁴ A proposta de Rowland reforça elementos apontados anteriormente por Joel Serrão em estudo clássico sobre a emigração portuguesa para o Brasil:

No seio de uma família rural minhota ou beirã, proprietária ou arrendatária de uma pequena parcela de terra, parte dos filhos machos não cabe nos acanhados limites da exploração familiar. Deitando contas à vida, os pais vendem ou hipotecam alguns de seus bens para pagar as viagens e mandam para o Brasil filhos que assim – e só assim – têm possibilidade de tentar uma vida nova. Eles partem antes dos catorze anos para eximirem-se às leis do recrutamento militar, ou entre os vinte e trinta anos. Esta emigração masculina e jovem vai recomendada a parentes e desembarca no Recife, na Bahia, sobretudo no Rio de Janeiro, por onde fica, dedicando-se, predominantemente, ao “negócio”, ou seja, à rede de distribuição comercial de retalho: caixeiros, pequenos comerciantes, associando-se, por vezes a patrões abastados, até mediante o casamento com as respectivas filhas (Serrão, 1977, p. 81).

O desafio é, portanto, recompor as formas de inserção dos jovens minhotos do outro lado do Atlântico, especialmente levando em consideração essa trajetória que Serrão apontou como a mais comum.

Procuramos, então, através do estudo dos comerciantes e negociantes portugueses estabelecidos no Rio Grande de São Pedro, conhecer alguns dos mecanismos de integração na

¹⁴ De acordo com o mesmo autor, modelo diferente deste tradicional adquiriu importância crescente no último quartel do século XIX, dinamizado pela busca de mão de obra, por parte de fazendeiros no Brasil (especialmente na região de produção do café), visando à substituição do trabalho escravo. Aqui teriam tido papel fundamental as políticas do império do Brasil, através da imigração subsidiada.

sociedade receptora para verificar se o que ocorreu no extremo sul da América lusa – e, mais tarde, império do Brasil – está em acordo com o perfil dos emigrantes proposto por Serrão e Rowland.

IMIGRAÇÃO, REDES MERCANTIS E FAMILIARES DOS COMERCIANTES PORTUGUESES NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: O CASO DA VILA DE PORTO ALEGRE

Atendendo à hipótese de que os jovens portugueses eram encaminhados para atividades comerciais e de negócios, selecionamos os indivíduos identificados como *negociantes* e *comerciantes* radicados na vila/cidade de Porto Alegre, na primeira metade do século XIX.

A primeira fonte privilegiada para identificar o grupo que atuava como agente mercantil foi a séria de escrituras públicas de venda, crédito e sociedade, registradas em Porto Alegre (1808 e 1850),¹⁵ selecionando aqueles indivíduos que possuíam a matrícula de *Negociantes de grosso trato* da Junta do Comércio do Rio de Janeiro.¹⁶ A essa lista inicial foram acrescentados os indivíduos identificados nessas escrituras e que também foram arrolados por Manuel Antônio de Magalhães no *Almanaque de 1808* como *comerciantes* da vila de Porto Alegre no ano de 1808.¹⁷ Reuniu-se, portanto, um rol de 65 comerciantes.¹⁸

Esse grupo inicial, identificado pelo nome e que atuava na vila de Porto Alegre, foi cruzado com as informações nominativas coletadas nos assentos paroquiais de Porto Alegre (freguesia da Nossa Senhora Madre de Deus, que dá origem à vila e, mais tarde, cidade de Porto Alegre). Esse segundo cruzamento de fontes resultou em um grupo de 53 agentes mercantis citados em assentos de batizado, casamento e óbito naquela paróquia.

A etapa seguinte foi identificar entre esses agentes mercantis aqueles que eram naturais de Portugal e que haviam se casado em Porto Alegre. A partir dessa amostra, a ideia era recompor as redes familiares e de negócios desses indivíduos, tema central deste artigo. A busca concentrou-se, portanto, nos livros de *casamento* de Porto Alegre.

Entre os anos de 1772 e 1848, foram registrados um total de 4.163 assentos de matrimônio de pessoas livres, libertas e escravas. Ao confrontá-los com a relação dos agentes mercantis nascidos em Portugal que compõem nossa amostra, observamos que dos 53 nomes que compunham a lista, vinte deles haviam se casado na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (quadro 1).

15 Arquivo Público do Rio Grande Do Sul (Apers). *Transmissões e notas*. 1º Tabelionato de Porto Alegre, livro 32-60 (1808-1850).

16 Para uma síntese a respeito da matrícula de negociante de grosso trato e seus significados, ver Berute (2011).

17 Magalhães afirma ter relacionado todos os comerciantes atuantes no Rio Grande de São Pedro em 1808. Além dos residentes em Porto Alegre (57), foram listados comerciantes residentes em Rio Grande (43); Rio Pardo (36); Ilha de Santa Catarina (14) e Laguna (6), totalizando 156 agentes mercantis. Foi utilizada a transcrição mais recente do almanaque elaborada por Fábio Kühn (UFRGS) (Magalhães, 2008, p. 131-133), que inclui um estudo analítico do documento (Kühn, 2008, p. 105-117).

18 O mesmo grupo de agentes mercantis foi analisado anteriormente (Berute, 2013; 2015; 2016).

Quadro 1 – Agentes mercantis portugueses casados em Porto Alegre (1787-1838)

Agente mercantil	Cônjuge
1. Antônio Fernandes Teixeira (PT, São Miguel de Arcozelo, Bispado do Porto)	1ª núpcia Inácia Rodrigues Vale <i>viúva</i> de Francisco José Afonso Alves
2. Antônio José de Oliveira Guimarães (PT, Portugal)	Francisca Cândida de Souza (BR, RS, Porto Alegre)
3. Antônio José Teixeira de Macedo (PT, Santiago de Figueiró, Arcebispado de Braga)	Francisca Antônia Viana <i>viúva</i> de Francisco José Araújo
4. Antônio Monteiro de Barros (PT, São Bartolomeu de Barqueiros, Bispado do Porto)	Ana Maurícia da Silva (BR, RS, Viamão)
5. Custódio de Almeida e Castro (PT, Nossa Senhora de Oliveira, Bispado do Porto)	Leocádia Úrsula Nascimento <i>viúva</i> de Severino José Santos
6. Custódio Gonçalves Lopes (PT, Vila do Conde, Bispado do Porto)	Maria Francisca Viana (BR, RS, Viamão)
7. Domingos de Almeida Lemos Peixoto (PT, Porto)	Luísa Joaquina Silveira
8. Domingos José Afonso Alves (PT, Lugar de Paravelha, Arcebispado de Braga)	Inácia Rodrigues Vale (BR, RS, Porto Alegre)
9. Domingos José Araújo Bastos (PT, São Miguel de Refojos de Basto, Arcebispado de Braga)	Mariana Antônia Jesus
10. Domingos Martins Barboza (PT, Porto)	Ana Joaquina Justiniana de Freitas (BR, RS, Porto Alegre)
11. João Afonso Vieira de Amorim (PT, Porto)	Joaquina Justiniana Freitas (BR, RJ, São José do Rio de Janeiro)
12. João Batista da Silva Pereira (PT, São Vitor, Braga)	Maria Emília Menezes (BR, RS, Rio Pardo)
13. João José de Carvalho e Freitas (PT, Arcebispado de Guimarães)	Maria Bernarda Valença
14. Joaquim José Ferreira Barboza (PT, Guimarães, Freguesia de São Lourenço)	Joana Joaquina da Silva <i>viúva</i> de Manoel Antônio Sampaio Guimarães
15. José Antônio da Silva Neves (PT, Porto)	Inocência Martins de Oliveira (BR, RS, Santo Antônio da Patrulha)
16. José Manuel Afonso (PT, Vila de Valadares, Arcebispado de Braga)	Raquel Álvares Eufrásia (BR, RS, Porto Alegre)
17. José Ribeiro dos Santos (PT, São Martinho, Bispado do Porto)	Inácia Xavier de Jesus
18. Lopo Gonçalves Bastos (PT, São Miguel de Gêmeos de Bastos, Arcebispado de Braga)	Francisca Teixeira Rodrigues dos Prazeres (BR, RS, Porto Alegre)
19. Manuel José de Campos Porto (PT, São Pedro de Miraguaia, Arcebispado de Braga)	Ana Rodrigues Vale (BR, RS, Porto Alegre)
20. Manuel José Vieira de Lima (PT, Porto)	Maria Antônia de Jesus*

Fonte: AHCMPA. *Livros de registro de casamento da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1848)*. Banco de dados Nacaob: extração de 13/9/2015; (*) AHCMPA. *Autos de habilitações matrimoniais: Manuel José Vieira de Lima e Balbina Antônia de Miranda*, n. 157, cx. 180 (1826).

O primeiro elemento que corrobora o perfil esperado é o fato de que, entre os vinte negociantes/comerciantes lusos que se casaram na igreja da Madre de Deus, nada menos do que 19 foram identificados como naturais do norte de Portugal.

O segundo ponto a ser ressaltado é que todos eles se casaram com mulheres naturais do Brasil (a maioria das noivas era natural da região). Isto é, reforça-se o comportamento mais comum de usar o matrimônio como meio privilegiado de inserção na sociedade receptora.

Cabe ressaltar ainda, nessas uniões de comerciantes portugueses e mulheres naturais da região, a significativa ocorrência de segundas núpcias.¹⁹ Em que pese a falta de informações mais detalhadas, especialmente a respeito dos cônjuges falecidos destas nubentes, uma trajetória comum era iniciar a carreira mercantil muito jovem como caixeiro na casa comercial de um tio ou de outros negociantes. Não era incomum que, após o falecimento destes, o caixeiro assumisse a gestão dos negócios do patrão podendo, inclusive, acabar por casar-se com a viúva (Silva, 1975, p. 93-105; Martinho, 1993, p. 21-124; Pedreira, 1995, p. 209; Osório, 2007, p. 257-326).

Os indícios coletados sobre esses agentes mercantis portugueses que se casaram e se instalaram na vila e, mais tarde, cidade de Porto Alegre corroboram os elementos característicos dos jovens lusos que emigram para o Brasil.

No entanto, as informações desses comerciantes cruzadas com os assentos de casamento nada revelaram sobre a trajetória desses indivíduos até a celebração de suas núpcias com moças nascidas no Rio Grande de São Pedro. Quando e com que idade esses homens teriam saído de Portugal? Qual o destino inicial no Brasil?

Para encontramos as respostas para essas indagações, recorreremos ao cruzamento com outro conjunto de fontes muito ricas, para conhecer mais da história e da trajetória dos comerciantes e negociantes portugueses que se casaram na Madre de Deus. Valemo-nos, assim, dos *Autos de habilitação* ou *Justificação matrimonial*, depositados no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.²⁰

Esses processos consistiam, como refere Comissoli (2008a), em um inquérito sobre a vida dos homens e mulheres, nascidos fora de Porto Alegre, que pretendiam contrair núpcias na localidade, e que deveriam comprovar não haver impedimentos para a realização do matrimônio.²¹ Para atestar essas inúmeras condições solicitava-se a comprovação documental, uma vez que a mesma havia sido produzida pela própria instituição eclesiástica.

A intensa mobilidade da população, que era característica da população luso-brasileira, já nos primórdios da colonização, gerava a necessidade de “produzir” as informações que

19 Nos 4.163 assentos de casamentos de Porto Alegre (1772 e 1848) cadastrados no Nacaob, em 731 matrimônios um ou ambos os nubentes eram viúvos.

20 AHCOMPA. *Autos de habilitações matrimoniais (1753-1910)*, Freguesia da Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Mais informações em Campos (2009).

21 Por exemplo, deveriam ser solteiros ou viúvos, sem impedimento por voto de ordem religiosa ou estarem contratados para casar com outras pessoas, nem possuir parentesco de consanguinidade em grau próximo. Deveriam igualmente ser batizados na Igreja Católica e iniciados em seus sacramentos.

provavam a inexistência de impedimentos ao casamento. No caso dos portugueses de nascimento, que queriam se casar, era indispensável obter a comprovação de sua “habilitação” para o matrimônio. Valiam-se, sobretudo, dos testemunhos de pessoas tidas por fidedignas e responsáveis por esclarecer as informações solicitadas.

Entre os *vinete* agentes mercantis casados na Madre de Deus, encontramos autos de habilitação matrimonial para oito deles: Antônio Fernandes Teixeira; Antônio Monteiro de Barros; Custódio Gonçalves Lopes; Domingos de Almeida Lemos Peixoto; Domingos José Afonso Alves; Domingos José Araújo Bastos; João Afonso Vieira de Amorim; Manuel José Vieira de Lima.

Encontramos indícios mais do que suficientes que corroboram a historiografia sobre a emigração portuguesa, sendo recorrentes os testemunhos que fazem referência à juventude dos indivíduos que empreendiam a viagem para o Brasil.

Essa informação foi confirmada por uma das testemunhas apresentadas por João Afonso Vieira Amorim, no processo de habilitação matrimonial que correu no ano de 1825. João, natural do Porto, pretendia desposar Joaquina Justiniana de Freitas, natural da freguesia de São José do Rio de Janeiro. No auto de justificação era intenção de João Afonso provar que era solteiro e, entre as testemunhas citadas para comprovar que estava habilitado para o casamento, estava Domingos Martins Barboza que afirmava

que conhecia perfeitamente o justificante João Afonso Vieira de Amorim desde pequeno, [...] natural da Pátria nela declarada, donde saiu rapaz cá para o Brasil, por onde tem vivido, e há anos nesta cidade de caixeiro do capitão Francisco Gonçalves Carneiro,²² vivendo agora de seu negócio.²³

Mais adiante o próprio João Afonso declarava que havia saído “da sua Pátria” para o Rio de Janeiro com menos de 14 anos, seguindo posteriormente para a cidade de Porto Alegre.

Outro processo também confirma a prática de envio de jovens rapazes para o Brasil. A leitura do processo de Antônio Fernandes Teixeira e Inácia Rodrigues do Vale, de 1821,²⁴ revelou que os nubentes eram moradores na vila de Porto Alegre. Antônio Fernandes Teixeira era filho legítimo de Antônio Teixeira e de Ana Teixeira, natural e batizado na Freguesia de São Miguel do Arcozelo, bispado do Porto. Declarava ainda ter vindo “em sua menor idade” de Portugal e que era morador da Vila de Porto Alegre há mais de onze anos. Antônio teria vindo para o Brasil em 1802 na companhia de outro conterrâneo, Antônio José da Silva Guimarães,²⁵ ainda menor de doze anos.

22 Negociante de grosso trato de Porto Alegre matriculado na Junta do Comércio (29/1/1816). Arquivo Nacional. Códice 171, volume 1, fl. 160v.

23 AHCOMPA. *Autos de habilitações matrimoniais*: João Afonso Vieira de Amorim e Joaquina Justiniana de Freitas, n. 109, cx. 174 (1825).

24 AHCOMPA. *Autos de habilitações matrimoniais*: Antônio Fernandes Teixeira e Inácia Rodrigues do Vale, n. 26, cx. 145 (1821).

25 Há um negociante de grosso trato do Maranhão com este nome matriculado na Junta do Comércio do Rio de

As três testemunhas arroladas no processo declararam que o conheciam desde quando ainda era “rapazinho”. Mais do que isso, a qualificação dessas testemunhas evoca com quem Antônio havia estabelecido relações quando se fixou em Porto Alegre: o capitão Antônio de Azevedo Barboza, homem branco, viúvo, morador desta vila, que vivia de seu negócio, de idade de cinquenta e nove anos; José dos Santos Feliz de Menezes, homem branco, casado, morador na mesma localidade, de idade de trinta e seis anos; Antônio José Pinheiro Lima, homem branco, casado, morador nesta vila, que vivia de seu negócio, de idade de quarenta e quatro anos. Tratava-se, portanto, do mesmo perfil: todos brancos, estabelecidos na vila de Porto Alegre, com patente militar e/ou comerciantes.

O auto de habilitação matrimonial de Antônio Monteiro de Barros e Ana Maurícia da Silveira, que correu no ano de 1787 (o mais antigo que localizamos), revela que o padrão apresentado até aqui vinha se mantendo, pelo menos, desde o último quartel do século XVIII.²⁶ O nubente era filho legítimo de Antônio de Avelar Batista e de Mariana Monteiro de Barros, natural e batizado na freguesia de São Bartolomeu de Barqueiros, bispado do Porto, de onde havia partido há 19 anos para o Rio de Janeiro. Entre as testemunhas arroladas estava:

Martinho Monteiro de Barros, homem solteiro, morador da vila, que vivia de seu negócio na mesma vila. [...] que tem um sério conhecimento do justificante [em razão] de o ter mandado vir de sua pátria [ilegível] há dezoito anos pouco mais ou menos para [o] Rio de Janeiro onde o teve em sua companhia nove, ou dez anos.

Também testemunhou em favor de Antônio, o negociante Domingos Pires Monteiro. No processo declarou ser solteiro, morador de Porto Alegre, natural da vila de Barqueiro, bispado do Porto, de idade que dizia “ser de trinta e seis anos pouco mais ou menos”. Afirmou ainda que conhecia o justificante desde que saiu de Portugal para a América, quando teria se dirigido para o Rio de Janeiro, e depois passou para esta vila de Porto Alegre para tratar de seu negócio. Outras testemunhas confirmam as mesmas informações.

Não foi muito diferente a trajetória de Custódio Gonçalves Lopes, que pretendia se casar com Maria Francisca Viana. O justificante era natural e batizado na freguesia de São João Batista, da vila do Conde, arcebispado de Braga, morador da vila de Porto Alegre e filho legítimo. Declarou ter saído de sua pátria para o Rio de Janeiro “menor de idade e solteiro e assim se conservou até o casamento”.²⁷ Entre as testemunhas de Custódio foram arrolados Domingos Gonçalves de Araújo, solteiro, natural do arcebispado de Braga e que vivia de seu negócio. Tudo indica que teriam vindo juntos para o Rio de Janeiro “e onde ambos se fizeram homens”; Manoel Fernandes Chaves, morador da mesma vila, era casado e também vivia de

Janeiro em 1818. Arquivo Nacional. Códice 170, volume 1, fl. 133.

²⁶ AHCMPA. *Autos de habilitações matrimoniais*: Antônio Monteiro de Barros e Ana Maurícia da Silveira, n. 9, cx. 42 (1787).

²⁷ Consta na certidão do registro de batismo em 6/2/1780.

seu negócio, natural da província de Trás-os-Montes, e dizia ter “quarenta e três anos pouco mais ou menos”, conhecendo o nubente há uma década; Antônio Dias Ferreira era natural da vila do Conde, casado, morador na vila de Porto Alegre, onde vivia de seu negócio, tendo “quarenta e três anos pouco mais ou menos”. Afirmou ainda que conhecia o justificante “por ser natural da mesma Pátria e com ele passar para o Rio de Janeiro em idade menor”.

Os dados indicam que boa parte das testemunhas arroladas era natural das mesmas freguesias dos indivíduos que pediam a habilitação para o casamento e, não raro, tinham sido companheiros na travessia do Atlântico.

Exemplos extraídos do conjunto de autos de habilitação matrimonial selecionados contam a mesma trajetória padrão desses comerciantes assentados na vila de Porto Alegre: saída precoce da região norte de Portugal (em torno de 12 ou 14 anos de idade), tendo como destino preferencial o Rio de Janeiro. Não era raro vir em companhia de outros rapazes, que eram recebidos por conterrâneos, já instalados na cidade e inseridos em atividades comerciais. Depois de alguns anos no Rio de Janeiro deslocavam-se para a vila de Porto Alegre, que havia alcançado grande dinamismo, entre os finais do século XVIII e primeiras décadas do XIX, tornando-se um dos entrepostos comerciais mais ativos do Brasil meridional. Sem dúvida, o deslocamento desses indivíduos para o Rio Grande de São Pedro serviria para ampliar as redes comerciais daqueles conterrâneos que os haviam recebido no Rio de Janeiro.

Os primeiros anos passados na Corte resultavam, assim, em importantes conexões com outros comerciantes portugueses já radicados na cidade de Porto Alegre, revelados através dos processos de habilitação matrimonial estudados. Praticamente todos citavam testemunhos de homens que viviam de seus negócios. Ademais, essas redes se retroalimentavam não apenas por meio de relações comerciais. A exploração dos assentos de casamento mostrou também que as ligações comerciais muitas vezes se transformavam em relações familiares, cimentadas a partir de laços de casamento e de compadrio.

Voltemos ao primeiro caso analisado, que teve como personagem central João Afonso Vieira de Amorim, que se casou com Joaquina Justiniana de Freitas. Como vimos, uma das testemunhas arroladas no auto de habilitação matrimonial foi Domingos Martins Barboza. Com base no cruzamento de informações de diferentes fontes, são revelados outros elementos que reforçavam as ligações entre os dois conterrâneos.

Destaca-se que Domingos era casado com Ana Joaquina Justiniana de Freitas, irmã de Joaquina Justiniana de Freitas, que se casou com João Afonso Vieira Amorim. Portanto, além de conterrâneos, os dois comerciantes casaram-se em Porto Alegre com duas irmãs que eram filhas do negociante de grosso trato e *homem bom* da vila de Porto Alegre, Manuel José de Freitas Travassos e Luísa Justiniana de Freitas²⁸.

A trajetória de João Afonso e Domingos reforça não apenas o modelo de emigração tradicional, proposto por Rowland, como acrescenta elementos que nos fazem suspeitar que o

28 Os casamentos e as relações de compadrio da comunidade mercantil de Porto Alegre a partir da família Freitas Travassos já foram abordados em outras oportunidades (Berute, 2013; 2015; 2016).

casamento destes dois agentes mercantis com as irmãs Freitas Travassos não se dava totalmente por acaso. Na verdade, atendia aos interesses deles em se ligar a uma importante família da região, assim como interessava também ao sogro, Manuel José de Freitas Travassos, já que poderia assegurar a ampliação dos negócios da família no trato mercantil, além de garantir a sucessão na gestão das atividades mercantis que desempenhava.

A ligação entre eles (Domingos Martins Barboza e João Afonso Vieira de Amorim), casados com as filhas do importante comerciante do Rio Grande de São Pedro, sobrepunha laços familiares e comerciais. Além de serem concunhados, reforçaram os vínculos através do compadrio, pois João Afonso e sua esposa apadrinharam “João” (nascido em 1830), filho de Domingos e Ana Joaquina.

Nota-se, ainda, que as relações familiares e de negócios entrelaçaram mais fortemente os dois portugueses a partir de outro vínculo, que emergiu a partir do cruzamento nominativo de fontes. No mesmo ano de 1830, Domingos Martins Barboza vendeu para João Afonso uma casa térrea em Porto Alegre, pela quantia de 243,3 libras, conforme escritura registrada no primeiro tabelionato da capital.²⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos comerciantes instalados na região de Porto Alegre vem reafirmar os caminhos trilhados por muitos jovens minhotos que foram enviados e financiados por suas famílias para tentar a sorte na outra margem do Atlântico. Provenientes de uma região onde as circunstâncias dificultavam a acomodação de todos os integrantes da família, esses rapazes encontravam no processo migratório para o Brasil uma alternativa para escapar da dependência em relação aos herdeiros privilegiados, através dos mecanismos existentes no sistema de herança vigente em Portugal, pelo menos, até os finais da década de 1860. O alto custo para bancar a emigração transoceânica, por outro lado, reforça o fato de que a vinda para o Brasil não era empreendimento para todas as famílias proprietárias. Realmente, poucas poderiam arcar com as despesas e, por isso mesmo, a migração para as terras brasileiras até os finais do XIX era um indicador da posição social e econômica privilegiada de algumas casas camponesas.

Além do padrão de emigração muito precoce e altamente seletiva, que encaminhava os jovens para as atividades comerciais, ficou evidenciado que, ao chegar ao Brasil, muitos desses meninos começavam a nova vida como caixeiros, no mais das vezes trabalhando para algum conterrâneo já bem instalado e posicionado na corte do Rio de Janeiro, para acolher aqueles que tinham a esperança de se inserir e ter sucesso nas atividades mercantis. À etapa de formação desses jovens, que poderia se estender por alguns anos sob a tutela dos patriarcas, vimos que se seguia a instalação por conta própria em outras praças comerciais, como sucedeu com aqueles que se radicaram em Porto Alegre.

²⁹ Apers. *Transmissões e notas*. 1º Tabelionato de Porto Alegre, livro 49, fl. 134.

Para muitos desses jovens, outro passo para consolidar sua inserção na nova localidade era o casamento com as moças da terra. Sem dúvida, os vínculos e as redes que se construam perpassavam também as ligações com outros portugueses lá situados que, eventualmente, abririam novas oportunidades de vínculos comerciais e de amizade.

Por meio das ligações, nascidas a partir de interesses comerciais, era possível se inserir entre as famílias locais, procurando encontrar a “candidata” ideal para se casar, estabelecer a própria família, dando prosseguimento aos negócios, conquistando dessa maneira um lugar de reconhecimento entre os habitantes da comunidade.

A exploração inicial dos dados apontou a importância das relações de compadrio estabelecidas entre esses personagens. Esse tema deverá ser contemplado em oportunidades futuras, a partir do cruzamento com os assentos de batismo da Madre de Deus de Porto Alegre.³⁰

Para encerrar, parece-nos necessário fazer um reparo fundamental. Em que pese os indícios coletados nesse conjunto de comerciantes radicados em Porto Alegre, é importante frisar que nem todas as trajetórias migratórias foram coroadas de sucesso. É essencial lembrar que partimos de um conjunto de comerciantes reconhecidos por sua “bem-sucedida” inserção em Porto Alegre, na primeira metade do século XIX: aqueles reconhecidos como negociantes de grosso trato matriculados na Junta do Comércio do Rio de Janeiro, assim como aqueles tidos como comerciantes estabelecidos na região, segundo o Almanaque de Porto Alegre (1808). Contudo, claro está que muitos outros não tiveram o mesmo destino ou o mesmo sucesso³¹.

Assim, o estudo da população de origem portuguesa imigrada para as diferentes regiões da colônia e, depois, império do Brasil, é um tema de extrema relevância e que deve, obrigatoriamente, constar da agenda dos pesquisadores, tanto do Brasil como de Portugal.

Referências bibliográficas

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. 309 p. Tese (Doutorado em História), PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

30 Aliás, no caso de Porto Alegre, outra possibilidade que se abria para a inserção dos portugueses lá radicados, e que lhes daria distinção social, era a eleição para os cargos camarários. Ao examinar a composição da Câmara de Porto Alegre no último quartel do XVIII, Comissoli (2008b) verificou que 40% dos oficiais camarários eram naturais de Portugal. Era, portanto, uma câmara dominada por reinóis. Ou seja, uma via importante de admissão aos quadros do poder, possivelmente aliada às redes familiares e mercantis construídas ao longo dos anos.

31 Um estudo interessante, que mostra a diversidade das posições sociais ocupadas por portugueses na hierarquia da sociedade brasileira dos séculos XVIII e inícios do XIX, é o de André Cavazzani (2015), sobre a região de Paranaguá (pertencente à antiga capitania-província de São Paulo), ao explorar os distintos lugares sociais ocupados pelos imigrantes portugueses, contribuindo para matizar e complexificar a realidade.

_____. Com quem casar, a quem apadrinhar: um ensaio sobre matrimônio e relações de compadrio na comunidade mercantil de Porto Alegre. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII., 2013, Natal. *Anais eletrônicos...* ANPUH: Natal, 2014. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364770467_ARQUIVO_GabrielBerute_textocompletoXXVIIANPUH.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

_____. Família e redes mercantis: Porto Alegre, século XIX. In: I JORNADA DE ESTUDOS DO GRUPO DE TRABALHO HISTÓRIA DA INFÂNCIA, JUVENTUDE E FAMÍLIA DA ANPUH – RS, I., 2015, Porto Alegre. *Conferência*.

_____. Redes mercantis e familiares na Porto Alegre do século XIX. In: SEMINÁRIO MICRO-HISTÓRIA: TRAJETÓRIAS E IMIGRAÇÃO, II., 2016, São Leopoldo. PPG-História/Unisinus, 2016 [No prelo].

CAMPOS, Vanessa Gomes de. *De corpo e alma: a materialidade da escrita e a subjetividade autógrafo*. 2009. 90 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arquivos), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul.

CAVAZZANI, André L. M. *Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na baía de Parana-guá (c.1750-1830)*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

COMISSOLI, Adriano. Certezas baseadas em rumores: o desafio metodológico da reconstrução de redes sociais por meio de processos de habilitação matrimonial (Rio Grande de São Pedro, século XVIII e XIX). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, IX., 2008, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008a. Disponível em: <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212327294_ARQUIVO_ComissoliComunicacaoANPUH2008.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

_____. *Os "homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. 1. ed. Porto Alegre: Câmara Municipal, 2008b.

DURÃES, Margarida. Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta. *Separata da Revista de História Econômica e Social*. 1988. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3222/1/herdeiros.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

_____. No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social. *Boletim de la Asociación de Demografía Histórica*, X, 3, p. 125-141, 1992.

GODINHO, Vitorino Magalhães. L'Emigration portugaise (XVè-XXè siècles). Une constante structurale et les responses aux changements du monde. *Revista de História Econômica e Social*, Lisboa, n. 1, p. 5-32, 1978.

GORENSTEIN, Riva. Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. 1. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 125-222.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Junta do Comércio. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (org.). *Dicionário do Brasil joanino, 1808-1821*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 288-290.

KÜHN, Fábio. O almanaque da vila de Porto Alegre: uma leitura do Rio Grande em 1808. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano 88, v. 143, p. 105-117, 2008.

LEITE, Joaquim da Costa. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*, n. 97, p.463-480, 1987.

MAGALHÃES, Manuel Antônio de. Almanaque da vila de Porto Alegre com reflexões políticas

interessantes sobre o estado atual da capitania do Rio Grande de São Pedro [1808]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano 88, v. 143, p. 119-139, 2008.

MARTINHO, Lenira Menezes. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. 1. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 21-124.

MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, emigrantes e brasileiros (1834-1926): territórios, itinerários e trajetórias*. Fafe: Universidade do Minho; Câmara Municipal de Fafe, 2000.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 1995. 620 p. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa.

ROWLAND, Robert. Velhos e novos Brasis. In: BETHANCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (ed.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997, p. 303-374.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Ausentes nos Estados do Brasil: uma análise das referências ao Brasil em testamentos portugueses dos séculos XVIII e XIX. *Paper* apresentado na JORNADA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA FAMÍLIA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR. I., São Paulo, 2003.

_____. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português, século XVIII e XIX*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2012 (Coleção Ehila – Unisinos).

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o Nacaob como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio R.; LEEUWEN, Marco H. D. van (org.). *História social: perspectivas metodológicas*. 1. ed. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 83-108.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Análise de estratificação social: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821*. 1975. 185 p. Monografia (Boletim do Departamento de História. Nova Série, 7), FFLCH-USP, São Paulo, 1975.

_____. *Vida privada e quotidiano no Brasil na época de d. Maria I e de d. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Recebido em 20/12/2016

Aprovado em 3/2/2017